



Número: **0801882-42.2017.8.15.0141**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Última distribuição : **21/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS (AUTOR)		CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9283262	21/08/2017 09:35	Petição Inicial	Petição Inicial
9283419	21/08/2017 09:35	Inicial - DPVAT - ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	Outros Documentos
9283441	21/08/2017 09:35	1 Procuração, Docs. pessoais, Declaração do Hospital, Fichas ambulatoriais	Outros Documentos
9283465	21/08/2017 09:35	2 Licenciamento do veículo, Docs. do proprietário, Comp. de residência	Outros Documentos
10521141	31/10/2017 12:15	Despacho	Despacho
12837193	01/03/2018 11:04	Expediente	Expediente
13378538	03/04/2018 16:11	Petição	Petição
13378718	03/04/2018 16:11	Guia de Recolhimento	Outros Documentos
13378734	03/04/2018 16:11	Petição - Justiça Gratuita - ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS	Outros Documentos
19579920	01/03/2019 17:53	Despacho	Despacho
21532789	28/05/2019 17:35	Petição	Petição
21532792	28/05/2019 17:35	Petição de informação - ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	Outros Documentos
26336529	19/11/2019 16:21	Despacho	Despacho
26477234	25/11/2019 09:37	Decisão	Decisão
27727808	27/01/2020 17:11	Petição	Petição
27727812	27/01/2020 17:11	Petição - informação - DPVAT	Outros Documentos
29646517	03/04/2020 09:24	Despacho	Despacho
30901772	22/05/2020 15:31	Manifestação	Petição
32022684	03/07/2020 13:28	Sentença	Sentença

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS EM ANEXO





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG 003.302.860 – SESPDS/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.600.514-00, residente e domiciliado na Rua Manoel Pedro, 908, Centro, Catolé do Rocha/PB, por seu advogado e bastante procurador, conforme instrumento de mandato em anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor a presente...

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

...em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

Da Gratuidade Judiciária.

A parte Autora requer o benefício da justiça gratuita, tendo em vista que é pobre na forma da lei, sem possuir meios suficientes para arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família, nos termos da Lei nº 1.060/50.

Preliminarmente.

Impossibilidade de realização do requerimento administrativo do seguro DPVAT. Falta de Boletim de Ocorrência. Risco de imputação de contravenção penal. Acesso à Justiça.

Esclareça-se, inicialmente, que **o Promovente não realizou o requerimento administrativo do seguro DPVAT, em virtude da falta do Boletim de Ocorrência**, documento este que é considerado, pela Seguradora Promovida, indispensável para concretização do requerimento e consequente geração do número do sinistro.

O Promovente não fez o registro da ocorrência devido ao risco de ter instado contra si um Termo Circunstanciado de Ocorrência, com a imputação da Contravenção Penal, dado, unicamente, a falta da Carteira Nacional de Habilitação

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





do Promovente, já que era Ele quem estava conduzindo o veículo envolvido no acidente sofrido, e esta vem sendo esta a praxe na 18ª Delegacia Seccional de Polícia Civil de Catolé do Rocha/PB, a qual abrange o município onde reside o Promovente.

Não é razoável, para fins de concessão do seguro DPVAT, que cumulado ao registro de ocorrência tenha, a vítima, além de todos os traumas decorrentes do acidente, ainda, a imputação de contravenção penal e aplicação da penalidade consoante inserto no Art. 309, do CTB¹.

Ademais, a jurisprudência pátria já se firmou no sentido de que o Boletim de Ocorrência não é documento essencial ao processo quando por outros meios é possível comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e as lesões sofridas², porém, nas vias administrativas tal posicionamento não é aplicado, sendo frustrado todo e qualquer requerimento que não contenha no seu caderno probante o Boletim de Ocorrência.

Por tais razões, como forma de garantir o Acesso à Justiça ao Promovente, e sendo presumido o indeferimento administrativo, requer, preliminarmente, a dispensa da comprovação do requerimento administrativo do seguro DPVAT, de modo que a ocorrência do acidente automobilístico e as lesões sofridas sejam aferidas por meio das provas documentais acostadas aos autos e as demais provas que serão produzidas ao longo da instrução processual.

Dos Fatos.

O Autor foi vítima de acidente de trânsito, ocorrido em 15/10/2017, quando conduzia uma motocicleta HONDA/POP100, placa OET8039/PB, em nome de José Francelino de Oliveira, na cidade de Catolé do Rocha/PB, quando perdeu o controle ao realizar uma manobra, vindo a cair bruscamente, sofrendo várias escoriações.

¹ Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano: Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

² SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. PERCENTUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1 –O boletim de ocorrência não é necessário quando, por outros meios, o autor prova o acidente e o nexo de causalidade entre o fato e as lesões sofridas. 2 Se ocorreu debilidade permanente parcial incompleta de um dos seguimentos da coluna vertebral, tendo o perito especificado o grau da lesão, a indenização será no percentual previsto no art. 3º, § 1º, II, da L. 11.945/09. 3 –A correção monetária se destina a manter atualizado o valor da moeda. Incide a partir da data do sinistro até o efetivo pagamento. 4 - Apelações não providas. Processo APC 20130810013479. Órgão Julgador: 6ª Turma Cível. Publicado no DJE: 10/11/2015. Pág.: 306. Julgamento 4 de Novembro de 2015. Relator: Jair Soares.





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

O Autor fora, imediatamente, socorrido para o Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos, tendo dado entrada na Urgência e Emergência, onde foram feitos os procedimentos necessários, conforme declaração da Diretoria geral, em anexo.

Em decorrência do mencionado acidente automobilístico, o Autor sofreu **Fratura da clavícula direita**, conforme dados do atendimento, em anexo.

Desse modo fica demonstrado que o Autor apresenta sequelas de acidente automobilístico, com severa perda funcional, portanto, faz *jus* a respectiva indenização, nos termos da Lei nº 6.194/74.

Do Direito.

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por **invalidez permanente**, total ou **parcial**, e por **despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (grifos acrescidos)*

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Nesse passo, resta à **perícia médica inspecionar qual o grau de incapacidade do Autor** decorrente do referido acidente automotivo.

Quanto à **solidariedade da responsabilidade** entre as Seguradoras privadas integrantes do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP, a jurisprudência é pacífica, conforme se passa a observar:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Restando a parte Autora socorrer-se do Judiciário para ver apreciada a sua pretensão por meio da intervenção jurisdicional.

Dos Pedidos.

Ante o expedido, requer que Vossa Excelência se digne em:

- a) Conceder os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita a parte Promovente, uma vez que a mesma não possui condições de arcar com as custas processuais e demais ônus dessa lide sem comprometer o sustento próprio e de sua família;
- b) Citar a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, no endereço retromencionado, para, querendo, contestar o pedido da parte Promovente, sob pena de revelia e confissão;
- c) **Quando do despacho inicial, seja dispensada a comprovação do requerimento administrativo do seguro DPVAT, de modo que a ocorrência do acidente automobilístico e as lesões sofridas sejam aferidas por meio das provas documentais acostadas aos autos e as demais provas que serão produzidas ao longo da instrução processual;**
- d) Julgar **PROCEDENTE** o pedido, para:
 - d.1) **condenar a parte Ré ao pagamento do seguro DPVAT, em valor a ser aferido por este juízo**, monetariamente corrigidas desde o respectivo vencimento e acrescidas de juros legais moratórios, incidentes até a data do efetivo reajuste;
- d) Condenar a Promovida no pagamento das Custas Processuais e Honorários Advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação;

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

e) Requer a dispensa da audiência de tentativa de conciliação, ou mediação, o que faz com fulcro no Art. 319, inciso VII³ c/c Art. 334, § 4^o ambos do Novo CPC.

Meios de Prova.

Para a proficiente instrução do feito, roga que seja assegurada ao Promovente a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial juntada posterior de documentos, prova pericial na especialidade de **ORTOPEDIA**, colheita do depoimento pessoal das partes e oitiva testemunhal.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para efeitos fiscais.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Jericó/PB, 21 de agosto de 2017.

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES
OAB/PB 17.016

³ Art. 319. A petição inicial indicará: (...)

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

⁴ Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 4º A audiência não será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;





MONTEIRO LOPES
ADVOCACIA

QUESITOS PARA A PERÍCIA MÉDICA

- 1) O Autor é portador de alguma sequela decorrente do acidente automobilístico? Qual?
- 2) Qual o grau de perda funcional do Autor? Possui força e coordenação motora para manejar os instrumentos próprios do ofício?
- 3) O Autor é capaz de realizar atividades que necessite de força física?
- 4) A patologia que acomete o Autor é de cunho temporário ou permanente?
- 5) Há possibilidade de reversibilidade da patologia?

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





MONTEIRO LOPES
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG 003.302.860 – SESPDS/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.600.514-00, residente e domiciliado na Rua Manoel Pedro, 908, Centro, Catolé do Rocha/PB.

OUTORGADO:

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PB – 17.016, inscrito no CPF 066.793.544-47, com endereço na Rua Erundina de Oliveira, 185, Centro, Jericó/PB, CEP: 58.830-00. Fone: (83) 9664-3578.

PODERES:

Amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia et extra*, a fim de que possa defender os interesses e direitos do outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive requerer os benefícios da assistência judiciária gratuita, de conformidade com a Lei 1.060/50, em repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o (a) outorgante seja Autor(a), e defendendo-o quando for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação e alvará judicial. Inclusive, ter acesso, solicitar cópia e requerer o que entender pertinente sobre documentos sigilosos, laudos periciais e procedimentos investigatórios, tanto na esfera administrativa, quanto na judicial. Reter valores contratados de honorários advocatícios e despesas do advogado, renunciar os valores que ultrapassarem o teto dos juizados especiais estaduais (40 salário mínimos) ou federais (60 salários mínimos), bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Jericó/PB, 21 de agosto de 2017.


OUTORGANTE

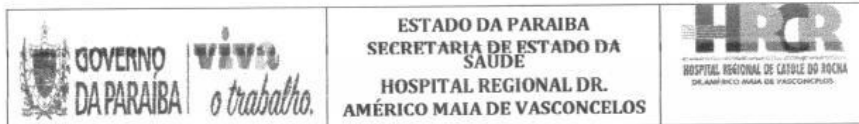
Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
RIO GRANDE DO NORTE	
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA	
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO	
 POL. E CAR. DIREITO	
<i>Antonio Ferreira dos Santos</i> ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	003.302.860
DATA DE EXPEDIÇÃO	17/05/2012
NOME	ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
FILIAÇÃO	TERTO JOSE FERREIRA RAIMUNDA MARCULINO DOS SANTOS
NATURALIDADE	CATOLE DO ROCHA PB
DOC. ORIGEM	CERT. DE CASAMENTO L-B-9 F-190 RG-4576
DATA DE NASCIMENTO	30/07/1964
CPF	510.600.514-00
1a. VIA	Ulisses Bezerra Filho Coordenador da COID
LEI Nº 7.116 DE 29.06.63	





Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS, RG: 003.302.860 SSP/RN**, residente e domiciliado na Rua: Projetada – Catolé do Rocha - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar, por Dr. João Suassuna Carneiro – CRM/8059, no dia 15 de Outubro de 2016. Deu entrada na Urgência e Emergência trazido pelo Corpo de Bombeiros, vítima de acidente de motocicleta, foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida encaminhada para Patos. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Darllen R. Monteiro
Diretora Geral
Mat. 120924-5
Giula Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 08 de Novembro de 2016.





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL
DR. AMÉRICO MATA DE VASCONCELOS
CATORÉ DO ROCHA - PB



viva
o trabalho.

Entidade Prestadora do Atendimento

Código da Unidade: 2592460

CNPJ:

Nome: HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MATA DE VASCONCELOS

Endereço: RUA CASTELO BRANCO, 349

Bairro: BATALHÃO

Município: CATORÉ DO ROCHA

Estado: PARAIBA

UF: PB

Paciente

Nome: ALBERTO MONTEIRO LOPES

Sexo: M

Idade: 50

Nome Social:

Profissão:

Documento:

003302860

Endereço: Rua Castelo Branco

Bairro: Batalhão

Município: Catoré do Rocha

UF: PB

Código IBGE Município:

CNS:

CEP: 58890-000

UF: PB

Data de Nascimento: 30/05/1968

CNPJ:

CPF: 588900000

UF: PB

Data de Atendimento: 15/10/16

CNPJ:

CPF: 588900000

UF: PB

Raça / Cor:

Sexo:

Idade:

UF: PB

1 - Branca 2 - Preta 3 - Parda 4 - Amarela 5 - Indígena 99 - Sem Informação

CNPJ:

CPF: 588900000

UF: PB

Anamnese e exame físico (sumário)

Alto risco de morte, por ser

paciente com

doença crônica.

Exames realizados na unidade (tipos)

Resultados

Caráter do Atendimento

Terminais - Medicamentos e outros recursos

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

Procedimento - Descrição

Diagnóstico

Medicamento

() Prescrita

() Aplicação

() Observação

() Interrupção

() Residência

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

() Out

Assinatura do Profissional (ais) Assistente (s) - Carimbo

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável

Do polegar direito

Assinatura do Revisor Técnico - Carimbo

Assinatura do Revisor Administrativo - Carimbo

Nome:

Leito:

SINAIS VITAIS

[illegible]



GOVERNO
DA PARAÍBA

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS
CATOLÉ DO ROCHA - PB

ENCAMINHAMENTO

Encaminho o paciente ANTÔNIO FERNANDO DOS SANTOS
residente na(o) _____
município de CATOLÉ DO ROCHA - PB
para o(a) HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS - PB
na cidade de _____

JUSTIFICATIVA

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA
APRESENTANDO FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA.

OBSERVAÇÕES

REGULADO COM DR. FERNANDO

Profissional Acompanhante: _____

Atenciosamente,

José Guassuna Carneiro
Médico
CRM 8123
Rég. 7245

Assinatura e carimbo do profissional

Catolé do Rocha - PB, 15.10.16



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTERIO DAS CIDADES	
DETRAN - PB CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO Nº 012710852553 VIA 0034734481-0 00/00000000 2016 COD. RENAVAM 2016180006889 EMISSAO 2016			
NOME JOSE FRANCIELINO DE OLIVEIRA CPF / CNPJ 05070640895 PLACA OET8039/PB CHASSI NOVO PB 9C2HB0210CR001104 ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC			
COMBUSTIVEL GASOLINA ANO FAB 2011 ANO MOD 2012 MARCA / MODELO HONDA/POP100 CAP / POT / CL 2 P/97 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERDELLHA			
COTA UNICA 00/00/0000 1ª VENC / COBAS IPVA ISENTO 00/00/0000 2ª VENC / COBAS FAIXA I PVA 0 3ª VENC / COBAS A *****			
PRÊMIO TARIFARIO (R\$) (OF R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO ***** SEGURO P A G O 19/09/2016 OBSERVAÇÕES REST. BEN. TRIBUTARIO OBRIGATORIO TRANSFERENCIA 0			
CATÓLE DO - ROLHA - PB DATA 19/09/2016 2011 16748			

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT	
PB Nº 012710852553 BILHETE DE SEGURO DPVAT ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.dpvatsegurodotransito.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204	
VIA 1 05070640895 RENAVAM 0034734481-0 ANO FAB 2011 DATA EMISSAO 19/09/2016 EXERCICIO 2016 PLACA OET8039/PB MARCA / MODELO HONDA/POP100 Nº CHASSI 9C2HB0210CR001104	
PRÊMIO TARIFARIO R\$ (R\$) ***** DESLAVAV (R\$) ***** CUSTO DO SEGURO (R\$) ***** CATEGORIA BILHETE (R\$) ***** SEGURO P A G O 19/09/2016 DATA DE OUTUBRO 19/09/2016 PAGAMENTO PARCELADO SOJA UNICA	
SEGURADORA LÍDER - DPVAT CNPJ 09.256.608/0001-04 www.seguradoralider.com.br 16748-1042408-20160919 16748	



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		
REGISTRO GERAL	521.710 -2 VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO 09/03/2016
NOME	JOSE FRANCELINO DE OLIVEIRA	
FILIAÇÃO	AMARO FRANCELINO DE OLIVEIRA OLIVIA CANDIDA DA CONCEIÇÃO	
NATURALIDADE	CATOLÉ DO ROCHA-PB	
DOC ORIGEM	CASAM N.5067 FLS.58 LIV.B 29 CARTORIO CATOLE DO ROCHA-PB	
CPF	050.706.408-95	
Assinado eletronicamente por: CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES - 21/08/2017 09:33:21		
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17082109323557500000009084580		
Número do documento: 17082109323557500000009084580		



SEBASTIAO GOMES ARAUJO
RUA MANOEL PEDRO, 808 - CENTRO
CABULE DO ROCHA / PB CEP: 58894000 (AG. 245)

Classificação: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO B-230, Km 25 - Canto Redondo João Pessoa / PB CEP: 58071-680
Referência: Mai / 2016
Emissão: 06/05/2016
Número do cliente: 00000563643

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 09.026.183/0001-40 - INSC. EST. 16.015.623-9
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000 151 394
Código para Débito Automático: 0000169292

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/16929-2**

Mai / 2016

Canal de contato

Apresentação

06/05/2016

Data prevista da
próxima leitura

07/06/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

4505247449

Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 01/05/2016 PAGAS
OBRIGADO!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
08/04/16	17111	06/05/16	17193	
			82	30

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	82	0,41817	38,79
ICMS			12,66
PIS			0,37
COFINS			1,71
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			5,75
PROTEÇÃO FACIL 05/2016			8,08

Histórico de Consumo
(kWh)

Abr/16	94
Mai/16	96
Fev/16	71
Jan/16	93
Dez/15	84
Nov/15	99
Out/15	85
Set/15	92
Ago/15	86
Jul/15	79
Jun/15	94
Mai/15	81

Medida dos últimos meses
88 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	51,82	25,00	12,95
PIS	51,82	0,7193	0,37
COFINS	51,82	3,3032	1,71

VENCIMENTO
13/05/2016

TOTAL A PAGAR
R\$ 63,65

bbd3 9ebb 69c2 df16 9de5 3e2b 64b2 8188

Indicadores de Qualidade

3/2016 - Cabule do Rocha

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	8,50	
DIC TRIMESTRAL	12,94	
DIC ANUAL	25,89	
FIC MENSAL	3,40	
FIC TRIMESTRAL	8,57	
FIC ANUAL	13,85	
DMC	3,80	
DICRI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia PB	12,50	21,36
Compra de Energia	17,32	28,00
Serviço de Transmissão	4,07	6,69
Encargos Setoriais	4,31	6,77
Impostos, Oribitos e Encargos	20,79	32,86
Outros Serviços	6,08	9,55
Total	63,65	100,00

Valor de R\$ 0,00 (Ref. 3/2016) R\$ 21,32

ATENÇÃO

Contato Serviço: PROTEÇÃO FACIL - (0)
O cancelamento da cobrança do consumo e a emissão da fatura sem estas cobranças
podem ser solicitados a qualquer momento na distribuidora.



A parte requereu os benefícios da justiça gratuita, sem, contudo, comprovar sua necessidade, conforme determina a Constituição da República.

Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, informar o valores totais das custas iniciais a pagar juntando a guia de recolhimento, bem como justifique a impossibilidade de pagá-las.



intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, informar o valores totais das custas iniciais a pagar juntando a guia de recolhimento, bem como justifique a impossibilidade de pagá-las.





EM ANEXO!



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Via Parte Data de Emissão 29/03/2018 Data de Vencimento 05/04/2018	
Comarca Catole do Rocha	Nº do Processo	Nº da Guia 014.2018.600266	Conta FEPJA 1618-7/228.039-6
Histórico Tipo de Guia: Guia de Custas Prévias Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7 Promovente: ANTÂNIO FERREIRA DOS SANTOS Promovido: SEGURADORA LÂDER DOS CONSÂRCIOS DO SEGURO DPVAT Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$) 954,60 Taxa Judiciária (R\$) 195,00 Despesas Postais (R\$) 12,00 Despesas com Mandados (R\$) 0,00 Tarifa Bancária (R\$) 1,35
Instruções Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.			Valor Total (R\$) 1.162,95

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Via Processo Data de Emissão 29/03/2018 Data de Vencimento 05/04/2018	
Comarca Catole do Rocha	Nº do Processo	Nº da Guia 014.2018.600266	Conta FEPJA 1618-7/228.039-6
Histórico Tipo de Guia: Guia de Custas Prévias Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7 Promovente: ANTÂNIO FERREIRA DOS SANTOS Promovido: SEGURADORA LÂDER DOS CONSÂRCIOS DO SEGURO DPVAT Valor da Causa: Postais R\$ 13.000,00 Cartas R\$ 12,00 Valor Total da Guia: R\$ 1.162,95 (24,37 UFR) Valor da UFR: R\$ 47,73 Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$) 954,60 Taxa Judiciária (R\$) 195,00 Despesas Postais (R\$) 12,00 Despesas com Mandados (R\$) 0,00 Tarifa Bancária (R\$) 1,35
Instruções Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.			Valor Total (R\$) 1.162,95

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Via Banco Data de Emissão 29/03/2018 Data de Vencimento 05/04/2018	
Comarca Catole do Rocha	Nº do Processo	Nº da Guia 014.2018.600266	Conta FEPJA 1618-7/228.039-6
Histórico Tipo de Guia: Guia de Custas Prévias Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7 Promovente: ANTÂNIO FERREIRA DOS SANTOS Promovido: SEGURADORA LÂDER DOS CONSÂRCIOS DO SEGURO DPVAT Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$) 954,60 Taxa Judiciária (R\$) 195,00 Despesas Postais (R\$) 12,00 Despesas com Mandados (R\$) 0,00 Tarifa Bancária (R\$) 1,35
86610000110 629509283186 520180405018 420186002663 			Valor Total (R\$) 1.162,95





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 1ª VARA DA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

Referente ao processo nº 0801882-42.2017.8.15.0141

ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS, já qualificado nos autos da ação em epígrafe, em atenção ao despacho proferido nos autos, vem, perante Vossa Excelência, informar e ao final requerer:

Conforme se extrai dos autos, o Promovente sobrevive da agricultura de subsistência inexistindo em seu núcleo familiar fonte de renda própria para provimento das necessidades domésticas.

Assim, não restam dúvidas de que a realidade financeira do Promovente vai além do que é considerado como Pobre na forma da lei, sendo, no entanto, uma real situação de **pobreza extrema**.

Nesse passo, não possui o Promovente condições alguma de arcar com as custas prévias no valor de **R\$ 1.162,95 (um mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos)**, uma vez que, seu núcleo familiar sobrevive unicamente do labor campesino.

Ademais, o Art. 4º, da Lei nº 1.060/50, aduz que a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, **mediante simples afirmação, na própria petição inicial**, como foi feito.

No mesmo sentido o Supremo Tribunal Federal já consolidou o posicionamento de que ***“basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que sua situação econômica não lhe permite ir a Juízo sem prejudicar sua manutenção ou de sua família”***¹, para que lhe seja garantido o benefício da assistência judiciária gratuita.

Poutado nesse posicionamento do STF, a parte Promovente faz jus, SIM, a concessão da justiça gratuita, haja vista que não possui rendimentos suficientes

¹ AI nº 649.283/SP–AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJ de 19/9/08;





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

para arcar com as custas processuais, bem como prover as despesas de seu núcleo familiar.

Privar o Promovente dos benefícios da assistência judiciária gratuita é, por assim dizer, uma verdadeira afronta à garantia constitucional do Acesso à Justiça (Art. 5º, inciso XXXIV da CRFB/88). É esse, também, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, consolidado há tempos, vejamos:

CONSTITUCIONAL. ACESSO À JUSTIÇA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. Lei 1.060, de 1950. C.F., art. 5º, LXXIV. I. - A garantia do art. 5º, LXXIV -- assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos -- não revogou a de assistência judiciária gratuita da Lei 1.060, de 1950, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a Juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família. Essa norma infraconstitucional põe-se, ademais, dentro no espírito da Constituição, que deseja que seja facilitado o acesso de todos à Justiça (C.F., art. 5º, XXXV). II. - R.E. não conhecido" (RE nº 205.746/RS, Segunda Turma, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ de 28/2/97).

Destarte, pugna pela concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita a parte Promovente, nos termos da argumentação supra.

Termos em que, pede deferimento.

Jericó/PB, 29 de março de 2018.

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES
OAB-PB 17.016





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801882-42.2017.8.15.0141

DESPACHO

Intime-se o autor para, em 10 dias, informar se o presente feito coincide com a ação n. 0802492-44.2016.815.0141 que tramitou na 3ª Vara desta Comarca.

Em caso afirmativo, **remetam-se** os autos para aquela unidade judiciária, em razão da prevenção daquele juízo.
CATOLÉ DO ROCHA, 1 de março de 2019.

Fernanda de Araujo Paz
Juíza de Direito em substituição



EM ANEXO!





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB**

Referente ao processo nº 0801882-42.2017.8.15.0141

ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, já qualificado, nos autos da *Ação Previdenciária* que move em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, parte igualmente qualificada, vem, perante Vossa Excelência, em atenção ao Despacho proferido nos autos, informar e requerer o que segue:

A parte Promovente vem informar que a ação nº 0802492-44.2016.815.0141 e a presente lide coincidem, uma vez que, ambas versam sobre *um acidente sofrido pelo Promovente em 15/10/2016*. Todavia, a primeira ação ajuizada foi extinta sem julgamento de mérito em 14/08/2017, pelo que deu causa ao novo ajuizamento em 21/08/2017.

Por tais razões, reiteram-se os termos da Exordial e as provas acostadas aos autos, pugna pela procedência dos pedidos do Promovente, condenando a Promovida no **pagamento da indenização do seguro DPVAT, em valor a ser aferido por Vossa Excelência**, monetariamente corrigidas desde o respectivo vencimento e acrescidas de juros legais moratórios, incidentes até a data do efetivo reajuste.

Nesses termos, pede deferimento.

Jericó/PB, 28 de maio de 2019.

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES
OAB/PB 17.016

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
1ª vara da comarca de catolé do rocha/pb

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801882-42.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE AUTORA: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Estabelece o citado dispositivo da Lei de Ritos Civil que:

Art. 253 - Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza:

II - quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda;

Assim, reconheço a incompetência deste Juízo e determino a remessa dos autos para 3ª Vara.

Catolé do Rocha/PB, 19 de novembro de 2019.

Fernanda de Araujo Paz
Juíza de Direito em substituição





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA

Fórum Des. João Sérgio Maia, Av. Deputado Américo Maia, s/n, João Serafim, Catolé do Rocha/PB, CEP 58.884-000 - Tel: (83)3441-1450 / Fax: (83)3441-

1277

NÚMERO DO PROCESSO: 0801882-42.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE PROMOVENTE:

AUTOR: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES - PB17016

PARTE PROMOVIDA:

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT proposta por ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., ambos qualificados nos autos, nos termos constantes da peça preambular.

A parte autora narra na inicial que não realizou requerimento administrativo, sob a justificativa de que não fez o registro de um Boletim de Ocorrência Policial (documento exigido administrativamente).

Como se sabe, consoante firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a negativa ou a demora injustificada na apreciação do requerimento administrativo é requisito necessário para configuração do interesse de agir nas demandas que visam indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico (DPVAT). Vejamos:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO." (STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.353).

Desta feita:

1) Intime-se a parte promovente, através do advogado constituído, para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial trazendo aos autos comprovante da negativa (ou da demora injustificada na apreciação por mais de 90 dias) do pedido administrativo, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do artigo 321 do CPC/2015.

. A presente decisão pode ser utilizada como carta de citação/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça – TJPB.

Cumpra-se.

Catolé do Rocha/PB, 25 de novembro de 2019.

(assinatura por certificação digital)

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 13.000,00



EM ANEXO!





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

Processo nº 0801882-42.2017.8.15.0141

ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, já qualificado nos autos da ação em epígrafe, por meio do seu advogado infra-assinado, vem, perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho proferido nos autos (ID 26477234), informar e requerer o que segue:

Impossibilidade de realização do requerimento administrativo do seguro DPVAT. Exigência demasiada de documentos para realização do requerimento administrativo. Impossibilidade de apresentação da documentação exigida. Inocorrência do requerimento administrativo do seguro DPVAT. Acesso à Justiça.

Esclareça-se, inicialmente, que o Promovente não realizou o requerimento administrativo do seguro DPVAT, em virtude da falta do Boletim de Ocorrência, documento este que é considerado, pela Seguradora Promovida, indispensável para concretização do requerimento e consequente geração do número do sinistro.

Ao procurar a Promovida para tomar conhecimento do que seria necessário para o requerimento administrativo do seguro DPVAT, ao Promovente fora dado uma lista de documentos sem os quais Ele não poderia realizar o pleito nas vias administrativas da Promovida.

Ao informar que não havia feito o registro da ocorrência às autoridades policiais competentes, o Promovente fora logo comunicado da impossibilidade de realização do pleito nas vias administrativas da Promovida, uma vez que Esta considera o Boletim de Ocorrência como documento indispensável para tanto, logo, sem o mesmo, seria certo o indeferimento do pedido.

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

Ora, o Promovente sofreu o acidente automobilístico, do qual resultaram inúmeros traumas, como muito bem comprovado pelas fichas de atendimento do hospitalar, declaração hospitalar, exames e atestados médicos acostados aos autos. Assim, se houve a apresentação de documentos suficientes à comprovação do acidente ocorrido, desnecessário seria a apresentação de Boletim de Ocorrência, uma vez que este somente corrobora os fatos insertos nas fichas dos procedimentos hospitalares realizados.

Mesmo assim, o Promovente teve presumido o indeferimento do pleito administrativo do seguro em questão, repita-se, pois a Seguradora Promovida entende que o boletim de ocorrência é documento indispensável para perfectibilização do pedido, logo, sua ausência frustra toda a pretensão.

Assim, o Promovente ajuizou a presente lide, dado que a jurisprudência pátria já se firmou no sentido de que o Boletim de Ocorrência não é documento essencial ao processo quando por outros meios é possível comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e as lesões sofridas¹, no caso em questão o Promovente apresentou **fichas de atendimento do hospitalar e encaminhamento, declaração hospitalar, e exames médicos**, porém, nas vias administrativas tal posicionamento não é aplicado, sendo frustrado todo e qualquer requerimento que não contenha no seu caderno probante o Boletim de Ocorrência.

De mais a mais, não restam dúvidas acerca da resistência da Promovida à pretensão do Promovente, pelo que torna justificada a provocação do Poder Judiciário, haja vista a pretensão resistida.

O Promovente não provocou o Poder Judiciário para aventurar-se a uma forma mais “célere” do pagamento da indenização do seguro DPVAT, mesmo porque se sabe que o tramite processual é, por demais, moroso.

O que se busca, na verdade, é o reconhecimento do direito do Promovente à indenização do seguro DPVAT, dado acidente sofrido, direito este que vem sendo violado em virtude da conduta da Promovida em frustrar a pretensão do Promovente

¹ SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. PERCENTUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1 –O boletim de ocorrência não é necessário quando, por outros meios, o autor prova o acidente e o nexo de causalidade entre o fato e as lesões sofridas. 2 Se ocorreu debilidade permanente parcial incompleta de um dos seguimentos da coluna vertebral, tendo o perito especificado o grau da lesão, a indenização será no percentual previsto no art. 3º, § 1º, II, da L. 11.945/09. 3 – A correção monetária se destina a manter atualizado o valor da moeda. Incide a partir da data do sinistro até o efetivo pagamento. 4 - Apelações não providas. Processo APC 20130810013479. Órgão Julgador: 6ª Turma Cível. Publicado no DJE: 10/11/2015. Pág.: 306. Julgamento 4 de Novembro de 2015. Relator: Jair Soares.





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

com a exigência demasiada de documentos que podem ser prontamente substituídos por outros de idoneidade equiparada.

Por tais razões, como forma de garantir o Acesso à Justiça ao Promovente, e sendo presumido o indeferimento administrativo, requer a dispensa da comprovação do requerimento administrativo do seguro DPVAT, de modo que a ocorrência do acidente automobilístico e as lesões sofridas sejam aferidas por meio das provas documentais acostadas aos autos e as demais provas que serão produzidas ao longo da instrução processual.

Nesses termos, pede deferimento.

Jericó/PB, 27 de janeiro de 2020.

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES
OAB/PB 17.016

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801882-42.2017.8.15.0141

DESPACHO

Vistos, etc.

Diz a parte autora que os documentos exigidos foram demasiados o que tornou o requerimento administrativo impossível.

Todavia, da leitura dos autos, percebe-se que o autor, ao não juntar um mero boletim de ocorrência, presume o indeferimento do requerimento administrativo.

Não há espaço para presunção.

Assim sendo, renovo o despacho anterior conferindo novo prazo ao demandante.

Não juntando o requerimento administrativo, à conclusão para sentença.

Do contrário, a conclusão para decisão para fins de análise do pedido de justiça gratuita e continuidade do feito.

Intime-se. Cumpra-se.

CATOLÉ DO ROCHA, 3 de abril de 2020.

RENATO LEVI DANTAS JALES
Juiz de Direito



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB**

Processo nº 0801882-42.2017.8.15.0141

ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, já qualificado nos autos da ação em epígrafe, por meio do seu advogado infra-assinado, vem, perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho proferido nos autos (ID 29646517), informar e requerer o que segue:

Esclareça-se que, conforme já informado, o Promovente não realizou o requerimento administrativo do seguro DPVAT, em virtude da falta do Boletim de Ocorrência, documento este que é considerado, pela Seguradora Promovida, indispensável para concretização do requerimento e consequente geração do número do sinistro.

Assim, o Promovente ajuizou a presente lide, dado que a jurisprudência pátria já se firmou no sentido de que o Boletim de Ocorrência não é documento essencial ao processo quando por outros meios é possível comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e as lesões sofridas [1]. No caso em questão o Promovente apresentou **fichas de atendimento do hospitalar e encaminhamento, declaração hospitalar, e exames médicos**, porém, nas vias administrativas tal posicionamento não é aplicado, sendo frustrado todo e qualquer requerimento que não contenha no seu caderno probante o Boletim de Ocorrência.

Por tais razões, como forma de garantir o Acesso à Justiça ao Promovente, e sendo presumido o indeferimento administrativo, requer a dispensa da comprovação do requerimento administrativo do seguro DPVAT, de modo que a ocorrência do acidente automobilístico e as lesões sofridas sejam aferidas por meio das provas documentais acostadas aos autos, bem como a realização de Perícia Médica.

Nesses termos, pede deferimento.

Jericó/PB, 22 de maio de 2020.

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES
OAB/PB 17.016

[1] SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. PERCENTUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1 –O boletim de ocorrência não é necessário quando, por outros meios, o autor prova o acidente e o nexo de causalidade entre o fato e as lesões sofridas. 2 Se ocorreu debilidade permanente parcial incompleta de um dos seguimentos da coluna vertebral, tendo o perito especificado o grau da lesão, a indenização será no percentual previsto no art. 3º, § 1º, II, da L. 11.945/09. 3 – A correção monetária se destina a manter atualizado o valor da moeda. Incide a partir da data do sinistro até o efetivo pagamento. 4 - Apelações não providas. Processo APC 20130810013479. Órgão Julgador: 6ª Turma Cível. Publicado no DJE: 10/11/2015. Pág.: 306. Julgamento 4 de Novembro de 2015. Relator: Jair Soares.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA

Fórum Des. João Sérgio Maia, Av. Deputado Américo Maia, s/n, João Serafim, Catolé do Rocha/PB, CEP 58.884-000 - Tel: (83)3441-1450 / Fax: (83)3441-

1277

NÚMERO DO PROCESSO: 0801882-42.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Acidente de Trânsito]

PARTE PROMOVENTE:

AUTOR: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

Advogado do(a) AUTOR: CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES - PB17016

PARTE PROMOVIDA:

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT proposta por ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, qualificado(a) nos autos, em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., visando obter o pagamento de indenização securitária em razão dos danos físicos decorrentes de acidente de trânsito. Acostou diversas laudas de documentos.

Determinada a intimação da parte autora para emendar a inicial, comprovando o prévio requerimento administrativo, documento indispensável à propositura da ação, a dita parte não atendeu a determinação, tendo apresentado petição informando que não dispõe de todos os documentos exigidos para abertura do requerimento na via administrativa.

Os autos vieram conclusos.

Eis, em suma, o relatório. DECIDO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, indefiro o pedido de justiça gratuita em favor do promovente, por não restarem comprovados os elementos que corroborem com a hipossuficiência alegada.

Prosseguindo, cumpre registrar que, segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. No mesmo sentido é a jurisprudência predominante neste Tribunal de Justiça da Paraíba.

Tal como relatado, a parte autora, apesar da oportunidade ofertada para promover a diligência indicada no pronunciamento judicial acima referido, escolheu o caminho do não atendimento, assim fazendo sem apresentar qualquer justificativa.

Ora, conforme o 'caput' do art. 321 do Código de Processo Civil em vigor: "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o

juízo de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado".

Entretanto, a parte promovente não atendeu à citada determinação, circunstância que impõe a aplicação do parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, a saber, o indeferimento da petição inicial.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com arrimo no parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, por consequência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (art. 485, inciso I, do CPC/2015).

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais (art. 82, CPC/2015), a qual mantenho suspensa em virtude da concessão da justiça gratuita;

Sem condenação em honorários advocatícios.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Não interposto recurso de apelação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, com baixa na distribuição, sem necessidade de nova conclusão.

Cumpra-se.

Catolé do Rocha/PB, 03 de julho de 2020.

(assinatura eletrônica)
Renato Levi Dantas Jales
Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 13.000,00